

AUTORIDADE E RESISTÊNCIA: A LITERATURA EVARISTIANA DENUNCIANDO VIOLÊNCIAS CONTRA A VOZ E O CORPO NEGRO FEMININOS

Imara Bemfica Mineiro
Valdício Almeida de Oliveira

Resumo: Este artigo aborda a autoridade evaristiana para denunciar a persistência de violências contra mulheres negras na contemporaneidade. Nessa perspectiva, compreendemos a literatura como parte dos direitos humanos (CANDIDO, 2011), bem como uma prática discursiva que reflete as relações de poder e as contradições da sociedade na qual é produzida (EAGLETON, 2006). Contextualmente, criticamos a ideia teórica do ensaio bartheano “A Morte do Autor” (1968) porque a biografia e as lutas antirracistas e antissexistas de Conceição Evaristo são cruciais para a compreensão de suas escrituras. Além disso, realizamos uma leitura descritivo-interpretativa do conto “Aramides Florença”, destacando práticas de violências contra o corpo negro feminino. Portanto, ancoramos nossos argumentos, principalmente, nos pressupostos de: Bernd (1988), Duarte (2010), Gonzalez (1988), Hooks (1995), Kilomba (2019), Lugones (2014) e Saffioti (2015).

Palavras-chave: Violências. Denúncia. Literatura Negra. Resistência. Conceição Evaristo.

Abstract: This paper discusses the Evaristian authority to denunciate the persistence of violence against black women in contemporary times. From this perspective, we understand literature as part of human rights (CANDIDO, 2011), as well as a discursive practice that reflects the power relations and contradictions of the society in which it is produced (EAGLETON, 2006). Contextually, we critique the theoretical idea of the Barthean essay “The Death of the Author” (1968) because Conceição Evaristo’s biography and her antiracist and antisexist struggles are crucial to the comprehension of her writings. In addition, we carry out a descriptive-interpretative reading of the short story “Aramides Florença”, highlighting practices of violence against the negro feminine body. Therefore, we anchor our arguments, mainly, in the assumptions of: Bernd (1988), Duarte (2010), Gonzalez (1988), Hooks (1995), Kilomba (2019), Lugones (2014), and Saffioti (2015).

Keywords: Violence. Denunciation. Black Literature. Resistance. Conceição Evaristo.

Introdução

No ensaio “A Morte do Autor” (2004), Roland Barthes propõe a desconstrução do papel direcionado ao autor: ser referenciado como figura central na interpretação de uma obra literária. Na concepção bartheana, o autor não é o único responsável pelo significado da produção, pois o leitor desempenha uma responsabilidade primordial no processo interpretativo. Perante o exposto, o teórico francês questiona a noção de autoridade do autor e argumenta sobre a ideia de a interpretação de um texto literário não ser limitada pela intenção ou biografia daquele que o tece, já que deve estar aberto a múltiplas leituras e significados. Ademais, ao procurar o significado real da criação com base na autoria, Barthes defende a valorização da leitura individual e subjetiva do leitor, e a emancipação do texto em relação ao autor. Desse modo, “A Morte do Autor” é vista como uma libertação, permitindo que a obra seja interpretada de forma autônoma e aberta, sem estar necessariamente restrita à autoridade de quem a escreve.

A contribuição da crítica literária de Barthes para o estudo da literatura é indubitável. No entanto, em determinados contextos sociais da contemporaneidade, a supramencionada teoria pode gerar problemas graves,

isto é, pode ocasionar uma forma de violência epistêmica contra a produção e representatividade de autoras marginalizadas. Evidencia-se que tal violência “é um projeto orquestrado, vasto e heterogêneo de se construir o sujeito colonial como o Outro” (SPIVAK, 2010, p. 47). Isso posto, a autora e crítica indiana Gayatri Chakravorty Spivak ainda exprime sobre o fato de as vozes subalternas (sujeitos em posição sociocultural subordinada) estarem silenciadas e invisibilizadas pelos discursos dominantes os quais mantêm as relações desiguais de poder. Em situações marcadas pelas colonialidades, essas estruturas – incluindo o discurso acadêmico e político – ainda podem limitar a capacidade de as pessoas oprimidas falarem e/ou serem ouvidas. No entendimento spivakiano, conquanto elas tenham o direito de falar, são forçadas a obedecer aos limites estabelecidos pelos sistemas eurocêntricos, dificultando-lhes a verdadeira representação e autonomia.

Sob essa ótica, são cabíveis as seguintes questões: de que maneira leitores racistas e sexistas interpreta(ria)m produções evaristianas? Porventura, as significações individuais e subjetivas deles deve(ria)m ser legitimadas nos dias hodiernos? Exemplificativamente, ao considerar a importância sociopolítica das escrituras, por que

a(s) voz(es) subalterna(s) no conto evaristiano “Aramides Florença” é/são significativa(s)?

À vista dos questionamentos supracitados, é considerável refletir acerca das conceituações que podem ser dadas ao vocábulo “literatura”. Ressaltamos, por exemplo, a subsecutiva proposta: “a escrita ‘imaginativa, no sentido de ficção – escrita esta que não é literalmente verídica. Mas se refletirmos, ainda que brevemente, sobre aquilo que comumente se considera literatura, veremos que tal definição não procede” (EAGLETON, 2006, p. 1). Fundamentando-se nas ideias difundidas no livro *Teoria da Literatura*, é possível observar que os pensamentos do referido filósofo e crítico literário diz respeito ao fato de a literatura ser complexa e multifacetada, ou seja, não pode ser reduzida somente à significação imaginativa e/ou ficcional. Então, quando o teórico aborda sobre uma escrita valorativa, destaca:

Se não é possível ver a literatura como uma categoria ‘objetiva’, descritiva, também não é possível dizer que a literatura é apenas aquilo que, caprichosamente, queremos chamar de literatura. Isso porque não há nada de caprichoso nesses tipos de juízos de valor: eles têm suas raízes em estruturas mais profundas de crenças, tão evidentes e inabaláveis quanto o edifício do Empire State. Portanto, o que descobrimos até agora não é apenas que a literatura não existe da mesma maneira que os insetos, e que os juízos de

valor que a constituem são historicamente variáveis, mas que esses juízos têm, eles próprios, uma estreita relação com as ideologias sociais. (EAGLETON, 2006, p. 24)

Nessa conjuntura, em relação à literatura, Eagleton disserta que os juízos de valor não são simplesmente subjetivos ou arbitrários, mas são influenciados por fatores sociais e culturais mais expandidos. Adicionalmente, ele argumenta que se trata de um campo influenciado pela política, economia e ideologia de sua época e, por conseguinte, a teoria literária deve levar em consideração tais fatores para entendê-la na totalidade. Logo, faz-se necessário considerar a relevância de uma crítica literária que analise o valor estético e o potencial sociopolítico das obras.

É válido enfatizar que, ao se apresentarem teoricamente como verdades, as teorias literárias tradicionais tendem a ocultar ou disfarçar os compromissos políticos específicos e os interesses de determinados grupos sociais em momentos históricos. Diante do exposto, Eagleton elucida que

[a]s teorias literárias não devem ser censuradas por serem políticas, mas sim por serem, em seu conjunto, disfarçada ou inconscientemente políticas; devem ser criticadas pela cegueira com que oferecem como verdades supostamente ‘técnicas’, ‘auto-evidentes’ (*sic*), ‘científicas’ ou ‘universais’ doutrinas que um pouco de

reflexão nos mostrará estarem relacionadas com, e reforçarem, os interesses específicos de grupos específicos de pessoas, em momentos específicos. (EAGLETON, 2006, p. 294-295)

Segundo o autor, devemos criticar essas teorias por causa da cegueira em relação aos interesses políticos e sociais que elas reforçam. Em outras palavras: ao invés de aceitá-las como as únicas autenticidades, torna-se imprescindível questionar os pressupostos e premissas subjacentes e, criticamente, considerar as implicações políticas que elas refletem na prática.

Nessa lógica, é interessante acrescentar a Teoria dos Polissistemas, de Itamar Even-Zohar (1999), cuja abordagem se volta ao estudo da literatura que considera não apenas o texto literário em si, mas também conjunturas socioculturais e históricas nas quais ele é produzido e recebido. Na percepção de Iglesias Santos (1999), uma das maiores conquistas desse pressuposto, talvez, tenha sido a reconsideração dos vínculos estabelecidos entre língua, literatura e identidade cultural. Portanto, sugere-se o fato de a literatura ser uma entidade que interage com outros sistemas, propiciando discussões sobre legados históricos, enfoques sociopolíticos e problemas culturais. Na perspectiva teórica dos polissistemas, os sistemas literários consistem em múltiplas

camadas de textos, instituições e práticas interdependentes e interconectadas nos vastos contextos. Assim sendo, eles podem ser usados para desafiar e questionar normas e valores, bem como expressar e/ou reforçar identidades.

Nesse seguimento, é ponderoso observar que, em “Direito à Literatura”, Antonio Candido (2011) menciona a literatura como uma forma de arte que nos permite compreender a complexidade da vida humana, oferecendo-nos prismas mais amplos sobre o mundo. Então, isso pode ser compreendido como uma proposição ética que visa tornar o sistema literário acessível a todos, possibilitando acesso às diversas vozes e perspectivas que ele contém. No entendimento do sociólogo e crítico literário, a literatura deve ser vista como um direito humano fundamental, pois é capaz de enriquecer a vida de todas as pessoas – independentemente da posição na sociedade.

Outrossim, Candido discute ainda acerca da relação entre literatura e sociedade, e argumenta que a primeira é capaz de transformar a segunda, porque fornece uma visão crítica das estruturas sociais existentes, podendo promover alternativas para um futuro melhor. Com efeito, tal recurso artístico-cultural pode proporcionar uma compreensão mais rica sobre a natureza humana e a sociedade, uma vez que

apresenta múltiplas perspectivas sobre o mesmo tema, permitindo aos leitores obter uma visão mais abrangente de um tópico específico.

Diante desse cenário, ao apresentar uma variedade de pontos de vista, esse instrumento artístico-cultural pode desafiar as nossas próprias crenças e valores, ajudando-nos a enxergar situações de diferentes ângulos. Por conseguinte, ela pode nos ajudar na solução de impasses, encorajando-nos a questionar pressupostos eurocêntricos e, socialmente, contribuindo para que haja avanços: o surgimento de produções além de entendimentos estreitos e compreensões mais matizadas e expansivas. Inclusive, consoante Candido,

[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos. (2011, p. 188)

Em síntese, é possível compreender a literatura como um instrumento que desmascara as injustiças sociais e

promove garantias para os sujeitos. Candido destaca como a literatura pode ser uma poderosa ferramenta para lançar luz sobre situações em que os direitos humanos são restringidos ou negados, tais como: a pobreza, a servidão e a dominação. Dessarte, esse artifício pode chamar a atenção para as desigualdades e desafiar sistemas opressivos (como racismo, sexismo, machismo), revelando as realidades de mulheres marginalizadas.

Efetivamente, pode-se conectar produções literárias, cujos temas tratam de opressões à defesa pelos direitos humanos, pois são textos em que escritores têm a oportunidade de expressar ideias, experiências e inovações de maneira criativa e/ou autêntica. Conseqüentemente, os valores e as crenças prejudiciais para grupos em condição de subalternidade devem ser evidenciados nas diversas formas de literatura.

Candido reforça que a literatura é capaz de confirmar ou negar esses valores, propor ou denunciar as ideias, bem como apoiar ou combater as questões. Ele argumenta sobre a indispensabilidade tanto da literatura sancionada (a que os poderes sugerem) quanto da proscrita (a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante). Portanto, apresenta-nos o entendimento de humanização, isto é,

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 2011, p. 182)

É perceptível, assim, que a literatura pode contribuir para a luta dos direitos humanos, através da sensibilização, da promoção da empatia e da ação inspiradora para combater as iniquidades da sociedade e promover a justiça. Nesse contexto, o crítico literário brasileiro apresenta o seguinte exemplo:

Um poema abolicionista de Castro Alves atua pela eficiência da sua organização formal, pela qualidade do sentimento que exprime, mas também pela natureza da sua posição política e humanitária. Nestes casos a literatura satisfaz, em outro nível, à necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em face deles. É aí que se situa a literatura social, na qual pensamos quase exclusivamente quando se trata de uma realidade tão política e humanitária quanto a dos direitos humanos, que partem de uma análise do universo social e procuram retificar as suas iniquidades. (CANDIDO, 2011, p. 182-183)

Ao defender a ideia de que a literatura deve ser socialmente engajada para corrigir óbices, o teórico cita a produção do poeta Castro Alves e destaca o papel da literatura em transmitir ideias e sentimentos, além de ajudar o leitor a tomar uma posição em relação a questões políticas e humanitárias. Sob esse ponto de vista, consideramos que a proposta de escrita de Conceição Evaristo – como autora negra e feminista – é fortemente influenciada pela luta contra a opressão e a discriminação racial e de gênero. Então, em certa medida, existe uma conexão entre as ideias defendidas por Candido e as escrituras evaristianas, por abordarem a literatura como um mecanismo para a conscientização e a luta pelos direitos humanos.

Logo, é fundamental que a abordagem da literatura afro-brasileira de autoria feminina seja feita com respeito e reconhecimento das experiências de mulheres negras. Nesse sentido, consideram-se questões atinentes a: autenticidade, autoridade, reflexão crítica, resistência, etc. Consoante Duarte, em um contexto de adversidades, as produções de autores negros têm duas tarefas:

[...] primeiro, a de levar ao público a literatura afro-brasileira, fazendo com que o leitor tome contato não apenas com a diversidade dessa produção, mas também com novos modelos identitários;

e, segundo, o desafio de dialogar com o horizonte de expectativas do leitor, combatendo o preconceito e inibindo a discriminação [...]. (2010, p. 134)

As incumbências mencionadas visam o rompimento com a invisibilidade e a marginalização de autores e personagens da literatura negro-brasileira. Destaca-se que, para Zilá Bernd (1988), a literatura negra é criada por um indivíduo o qual se identifica e/ou busca afirmar sua negritude, reconhecendo sua relevância na formação cultural do Brasil. Por isso, o foco é inquirir como a história do negro foi escrita no cenário nacional, colaborando com o aparecimento de uma anti-história e de formas de contraliteratura que possam tirar da clandestinidade os fatos mascarados pela cultura dominante.

Assim sendo, é conveniente frisar que a escrita de Conceição Evaristo busca retratar a realidade de comunidades negras e periféricas, denunciando violências cotidianas as quais afrodescendentes estão submetidas. Desse modo, têm-se criações inseridas no contexto da literatura socialmente comprometida, na medida em que objetiva apresentar posicionamentos críticos e contribuir para o surgimento de transformações históricas.

Aramides Florença: um corpo negro feminino violentado sexualmente, mas designado à independência

A violência contra as mulheres está vinculada à razões múltiplas e intensidades variadas. Socialmente, é de suma importância destacar a questão cultural visto que a vida da maioria delas (em especial, a das negras) ainda se restringe ao desejo dos companheiros e/ou à imposição de uma sociedade que valoriza e exprime pensamentos patriarcais. Dessa forma, os desequilíbrios são multiplicados, já que o problema da diferença colonial é ignorado.

É válido destacar que “a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica” (CARNEIRO, 2003, p. 118), resulta pelo fato de o feminismo ter ficado, durante muito tempo, sujeito a uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. Assim sendo, a contemporaneidade, “um período em que parte da produção literária decidiu confrontar com vigor tradições conservadoras no país, em favor de perspectivas renovadoras” (GINZBURG, 2012, p. 201), é uma referência para ressignificar contextos de exclusão ao apresentar transformações sociais e literárias por meio de obras cujas autorias são afrofemininas.

Contemporaneamente, ainda existem rastros do patriarcado, que é um fator exponencial para a prática

de violências, cuja base está no processo de controle do homem sobre a mulher, provocando medo e subordinação nas vítimas. Nesse contexto, para Saffioti (2015), ele é um sistema de opressão voltado aos interesses de uma classe dominante e possibilita registros quanto à violência de gênero, motivada por estruturas de dominação – como o machismo e o sexismo. Por consequência, historicamente, confirma-se a legitimação do poder já que a agressão masculina é incentivada pela ideologia de gênero, enquanto se impõe e naturaliza a submissão feminina. Em outros termos: “o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim o determina” (SAFFIOTI, 2015, p. 90). Todavia, a autora exprime a sumidade de questionar e desafiar as normas de gênero que sustentam a opressão das mulheres e outras minorias sociais.

Assim, à luz de teorias contra-hegemônicas, é possível entender que, no período do colonialismo, o fato de “ser homem” e “ser mulher” eram ideologias morais a serem alcançadas, dado que faziam parte de um processo civilizatório histórico. María Lugones destaca a diferenciação para indivíduos colonizados e nota a necessidade de entender que eles/elas se tornaram sujeitos “em situações coloniais na primeira modernidade, nas tensões criadas pela

imposição brutal do sistema moderno colonial de gênero” (LUGONES, 2014, p. 936). Reforça-se a ideia de que, com base no quadro conceitual de gênero imposto no período da colonização, somente os europeus brancos burgueses eram civilizados (considerados absolutamente humanos). Ademais, ela destaca que

[a] missão civilizatória, incluindo a conversão ao cristianismo, estava presente na concepção ideológica de conquista e colonização. Julgar os/as colonizados/as por suas deficiências do ponto de vista da missão civilizatória justificava enormes crueldades. Proponho interpretar, através da perspectiva civilizadora, os machos colonizados não humanos como julgados a partir da compreensão normativa do ‘homem’, o ser humano por excelência. Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como ‘mulheres’, a inversão humana de homens. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas por não-mulheres. Consequentemente, fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta por não serem como-homens, tendo sido convertidas em viragos. (LUGONES, 2014, p. 937)

Em consideração a isso, quando se consideram somente os discursos eurocentrados, a divisão hierárquica se torna um instrumento usado na condenação “dos/as colonizados/

as e suas personalidades/almas [...] julgados como bestiais e, portanto não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas” (LUGONES, 2014, p. 936-937). No que diz respeito à mulher negra, no imaginário social, evidencia-se o fato de existirem rótulos provenientes de um sistema desigual que as hipersexualizam por causa do corpo, do gênero e da cor. Nesse viés, ela é um sujeito, cujas vivências são, inúmeras vezes, delimitadas por um corpo suscetível às violações – vidas marcadas pelos limites dos prazeres sexuais masculinos.

À vista disso, ao longo de muitos anos da história, inclusive na literatura, “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade” (CARNEIRO, 2003, p. 118). No caso do feminismo latino-americano, por exemplo, Espinosa-Miñoso aborda que se precisou de um período bem mais demorado para que surgissem os discursos de mulheres racializadas conscientes da opressão racista e sexista. Ela destaca que

[s]omente na década de 1980 algumas dessas primeiras vozes serão ouvidas no Brasil, graças ao renascimento de um movimento negro local em desenvolvimento desde a década anterior. No resto da América Latina,

não será senão no início dos anos 1990, com o movimento de contra celebração dos 500 anos de conquista e colonização do continente, que surgirão representantes de um feminismo negro que logo passará a ser chamado de ‘afrodescendente’ e ‘da diáspora’. (2022, p. 428)

No Brasil, Lélia Gonzalez é a voz limiar referente a manifestações conscientes de um feminismo que percebe o fato de a ilusória afirmação social – notoriamente, formalista – colocar todos como iguais perante a lei. Segundo as concepções de Gonzalez, em virtude da ideologia do branqueamento, o racismo latino-americano tem uma sofisticação que mantém negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, haja vista que “[v]eiculadas pelos meios de comunicação em massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela [a ideologia do branqueamento] reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais” (GONZALEZ, 1988, p. 73).

Por essa razão, a produção evaristiana é um exemplo de escrita literária que reorganiza e estabelece questionamentos acerca de determinismos históricos. Dentre a variabilidade de suas obras, na premência contemporânea, Conceição

Evaristo usa as escrevivências para contar determinadas circunstâncias da mulher negra, periférica ou em ascensão social. Em “Aramides Florença”, o primeiro conto da obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, a narradora-ouvinte se identifica como semelhante à mulher a quem passaria a escutar: “Quando cheguei à casa de Aramides Florença, a minha igual estava assentada em uma pequena cadeira de balanço e trazia, no colo, um bebê que tinha a aparência de quase um ano” (EVARISTO, 2016, p. 9).

No início do texto, ao que tudo indicava, tanto no namoro como na fase inicial do casamento e da gravidez, Aramides (que sempre sonhara ter um filho) e seu companheiro eram felizes. Entretanto, sutilmente, ao longo da narrativa, ela precisa enfrentar as vivências do machismo, acontecidas e profundamente enraizadas na relação conjugal. Tem-se como foco, portanto, uma protagonista puérpera marcada por violências física, sexual e psicológica. Verossimilmente, por vezes, as atitudes do cônjuge são cruéis, conforme expõe o trecho seguinte:

Um dia algo dolorido no ventre de Aramides inaugurou uma perturbação entre os dois. Já estavam deitados, ela virava para lá e para cá, procurando uma melhor posição para encaixar a barriga e, no lugar em que se deitou, seus dedos esbarram-se em algo estranho. Lá estava um desses aparelhos de

barbear, em que se acopla a lâmina na hora do uso. Com dificuldades para se erguer, gritou de dor. Um filete de sangue escorria de uns dos lados de seu ventre. Aramides não conseguiu entender a presença daquele objeto estranho em cima da cama. (EVARISTO, 2016, p. 13)

No físico, as primeiras dores de Aramides são frutos da violência provocada pelo marido, quando, de forma proposital, deixou a lâmina do barbeador sobre a cama a fim de ferir o corpo grávido da mulher negra. Evidentemente, existem vários motivos provocadores da violência doméstica contra as mulheres, como por exemplo: machismo, conflitos intrafamiliares e agressões físicas e/ou sexuais. Quanto a essa temática, os relatos de vitimização das mulheres negras se sobressaem, pois a cor da pele ainda é um instrumento simbólico usado para mantê-las submissas e humilhadas em atos desumanos, os quais preservam o controle sobre suas mentes e seus corpos (CARNEIRO, 2017).

Abertamente, a brutalidade contra a protagonista foi fruto de um relacionamento no qual o companheiro se sobrepôs a ela. Inclusive, é relevante salientar que, nos primeiros acontecimentos, Aramides não percebe a maldade praticada pelo marido: “[t]udo tinha sido atordoamento de alguém que experimentava pela primeira vez a sensação

de paternidade. Com certeza, tudo tinha sido atrapação de marinheiro de primeira viagem” (EVARISTO, 2016, p. 15). Contudo, semanas após, quando experienciou outros atos lancinantes, a protagonista começa a perder a confiança no homem que escolhera para ser o pai do filho dela e que, dessa vez, usa da ponta do cigarro para queimá-la, como exposto no trecho a seguir:

Estava ela no último mês de gestação, quando meio sonolenta, já de camisola, mas ainda de pé, narcisicamente se contemplava no espelho do banheiro. [...]. Pelo espelho, viu seu homem se aproximar cautelosamente. Adivinhou o abraço que dele receberia por trás. [...]. Só que, nesse instante, gritou de dor. Ele, que pouco fumava, e principalmente se estivesse na presença dela. Foi um gesto tão rápido e tão violento que o cigarro foi macerado e apagado no ventre de Aramides. Um ligeiro odor de carne queimada invadiu o ar. Por um ínfimo momento, ela teve a sensação de que o gesto dele tinha sido voluntário. (EVARISTO, 2016, p. 14)

Por meio desses atos perniciosos no convívio, deduz-se que o companheiro ambicionava a atenção prioritária e o cuidado integral dela para com ele. No entanto, quando Amildes nasceu, Aramides precisou também dedicar o tempo para os cuidados com o filho e, assim, o marido ciumento não tinha mais os privilégios de outrora. Mediante

o exposto, é elementar destacar a existência de uma possível ligação das agressões contra a personagem com fatores desencadeadores (o ciúme patológico e o sentimento de domínio) – como relatado no recorte abaixo:

Passadas as duas primeiras semanas, uma noite, já deitados, o homem olhando para o filho no berço, perguntou a Aramides quando ela novamente seria dele, só dele. A indagação lhe pareceu tão desproposita, que ela não conseguiu responder, embora tenha percebido o tom ciumento da pergunta. Um silêncio se instalou entre os dois. Aramides desejou que o bebê acordasse chorando, mas ele ressonava tranquilo. Buscando apaziguar a insegurança do homem, ela se aconchegou a ele, que levantou rispidamente. E foi tão violento o bater de porta quando ele abandonou o quarto, que o bebê, antes tão em paz, acordou chorando. (EVARISTO, 2016, p. 15-16)

Considerando o fato de as violências acontecerem repetidamente, pode-se afirmar que medo e angústia invadem o ser de Aramides e, até mesmo, a criança também se desespera e chora com a presença do pai em determinadas ocasiões. De acordo com o excerto subsecutivo, o ciúme possessivo rompe a barreira da paz e, infelizmente, resulta na prática do estupro no momento em que a personagem está amamentando o filho, que é arrancado de seus braços pelo marido:

Um dia, a sutil fronteira da comedida paz, que nos últimos tempos reinava entre o homem e a mulher, se rompeu. O dique foi rompido. À mostra, o engano velado, que se instalara entre os dois desde a gravidez e, que ambos tentavam ignorar, ganhou corpo concreto. [...]. Só faltou arremessar a criança. Tive a impressão de que tinha sido esse o desejo dele. [...]. Numa sucessão de gestos violentos, ele me jogou sobre nossa cama, rasgando minhas roupas e tocando violentamente com a boca um dos meus seios que já estava descoberto no ato de amamentação de meu filho. E, dessa forma, o pai de Emildes me violentou. E, em mim, o que ainda doía um pouco pela passagem de meu filho, de dor aprofundada sofri, sentindo o sangue jorrar. (EVARISTO, 2016, p. 16-17)

O sofrimento de Aramides é intensificado visto que, após o abuso, nota-se a ausência de ajuda: “Ninguém por perto para socorrer o meu filho e a mim [...]. Esse homem estava me fazendo coisa dele, sem se importar com nada, nem com o nosso filho, que chorava no berço ao lado” (EVARISTO, 2016, p. 17-18). Com base nesses trechos, retomam-se circunstâncias visceralmente patriarcais e coloniais ao observar que o corpo feminino afrodescendente é invadido e subjugado tão somente como um objeto para satisfazer as vontades masculinas. Nesse contexto, quando Grada Kilomba aborda sobre o colonialismo e o estupro racial, destaca que “o ato de possuir e violar o corpo da mulher *negra* era prática

comum [...]. O corpo *negro* é, ao mesmo tempo, desejado sexualmente e destruído fisicamente” (KILOMBA, 2019, p. 159, grifos da autora).

Por vezes, devido ao estereótipo de gênero que as coloca em uma posição de subordinação, as mulheres são consideradas incapazes de liderança e autoridade, devendo dedicar-se ao cuidado dos outros. Sob essa ótica, Hooks salienta que uma numerosa quantidade de pessoas “compartilha dessa ideia defendida por diversos grupos nesta sociedade de que as mulheres são inerentemente destinadas a servir aos outros com abnegação” (1995, p. 470). Logo, sistematicamente, as recorrências de violências contra corpos negro femininos podem piorar por causa da aglutinação de marcadores sociais. Nesse ponto de vista, Severi explica que

[a] violência doméstica é considerada um fator de risco para todas as mulheres. Todavia, fatores como raça, etnia, orientação sexual, gênero, classe social, deficiência, idade, religião, escolaridade, origem territorial e nacionalidade conjugam-se de forma a agravar as condições de risco de determinados grupos. A articulação entre racismo e sexismo, por exemplo, resulta no percentual mais elevado de violência doméstica e familiar contra mulheres negras (quase 60% dos casos). (2017, p. 17-18)

Perante essa obscuridade, pressupõe-se que as monstruosidades praticadas contra Aramides podem despertar sensibilidade no leitor, pois existem ações comportamentais do agressor que nos alertam para a seriedade da discussão sobre o tema, tais como: o uso da força do homem (fisicamente mais forte) sobre ela a fim de oprimi-la e, assim, deixá-la desprotegida no momento dos ataques; agressões durante a gravidez e no puerpério, períodos em que ela estava mais vulnerável; e a execução do estupro, causando na vítima os sentimentos de fraqueza e descrença em virtude da quebra de confiança. Notoriamente, o trecho seguinte enfatiza que esses atos despertaram repulsa na protagonista:

Nunca a boca de um homem, como todo o seu corpo, me causara tanta dor e tanto asco até então. E, inexplicavelmente, esse era o homem. Aquele que eu havia escolhido para ser o meu e com quem eu havia compartilhado sonhos, desejos, segredos e prazeres [...]. E mais do que isso, havia deixado conceber em mim, um filho. (EVARISTO, 2016, p. 17-18)

Contudo, infere-se que, ao libertar-se da dependência emocional do companheiro (o violentador), Aramides se torna uma mulher insubmissa e que consegue contar para a narradora suas vivências traumáticas. Na realidade, sabemos que as conquistas femininas têm sido gradativas e, por isso,

torna-se fundamental provocar reflexões sobre tais feitos no meio social a fim de conscientizar sobre a insubordinação para controles machistas, o que contribui com o rompimento da constante dominação masculina na sociedade. Nesse sentido, Fernanda Rodrigues de Figueiredo reforça que

[a] escrita de autoras negras tem uma trama própria, como uma de suas faces apresenta o que chamo de ‘dialética da violência’, podendo ser, assim, engajada com a situação histórico-social da mulher negra no Brasil. Compreendo ‘dialética da violência’ como este movimento de dissecar a história nas palavras, cenas, contextos e personagens demonstrando a dor e as marcas das arbitrariedades sofridas, seja por uma memória individual contemporânea, seja pela memória coletiva ligada ao passado de um determinado grupo social. (2009, p. 44)

Conectando-se à proposta acima, nessa produção negro-brasileira, o tom denunciatório se faz presente nos relatos da protagonista que expõe sofrimento e repugnância sentidos devido aos atos violentos contra seu corpo-mulher-negro. Curiosamente, o nome da personagem nos permite fazer as seguintes observações: em *Aramides*, a carga semântica do elemento mórfico “aram(e)” poderia estar ligado à proteção, mas, a partir do contexto, imagina-se uma conexão a traumas e mágoas – o que sugere risco

de dor; em *Florença*, o elemento mórfico “flor” possibilita uma dedução voltada ao nascimento.

Em resumo, no protagonismo de Aramides Florença, está tanto a superação após o término de um relacionamento abusivo quanto à criação de um filho sozinha, depois de ter sido estuprada e abandonada: “[e] quando ele se levantou [...] ainda murmurou entre os dentes que não me queria mais” (EVARISTO, 2016, p. 18). Dessarte, depreende-se que, apesar de todos os gritos de dor(es) que causaram as lágrimas, tem-se uma mulher negra indômita aos obstáculos e, especialmente, uma mãe fortalecida – retratada por meio dos sentimentos de emoção e de contentamento com o filho a quem ela designa como “o meu bem-amado” (EVARISTO, 2016, p. 9).

Considerações finais

Sem dúvidas, compreendemos que as intencionalidades e as vivências de Conceição Evaristo são indispensáveis para a construção de interpretações aprazíveis, sensatas e contextualizadas de suas produções literárias. Nesse viés, avaliamos que a teoria de Barthes (2004), pautada por uma normatividade literária eurocêntrica, é insuficiente para abordar a voz e a experiência de autoras negras, sob pena de perpetuarem sua invisibilidade. À luz dessa premissa, ao

questionarmos como leitores racistas e sexistas pode(ria) interpretar as obras evaristianas, expusemos que os textos versam, em especial, sobre questões de raça e gênero, e intencionam desconstruir discursos hegemônicos. Consequentemente, os entendimentos desses leitores não devem ser exclusivamente subjetivos para que as criações da autora não sejam analisadas desrespeitosamente. Portanto, evidenciamos que os antecedentes e as perspectivas de Conceição Evaristo não devem ser ignorados, e que é necessária uma abordagem equilibrada na interpretação das obras, ou seja, pode-se levar em conta a experiência subjetiva do leitor que respeita os direitos humanos e, precipuamente, os contextos relatados pela autora negra e feminista.

Adicionalmente, a partir do texto *Teoria da Literatura*, percebemos que o enfoque eagletoniano é profícuo para observar isto: a obra de Conceição Evaristo não apenas desafia, mas também subverte teorias literárias tradicionais as quais privilegiam – na maioria das vezes – a voz de autores brancos e ignoram as experiências de grupos marginalizados, como as mulheres negras. Terry Eagleton, pois, considera as implicações políticas das teorias literárias e como elas podem estar relacionadas com representações históricas de grupos sociais. Nesse

viés, a escrita evaristiana é influenciada por pressupostos que enfatizam a relevância da representatividade e da identidade na literatura e, por conseguinte, coloca em evidência as histórias de subalternizadas. Assim sendo, ela resiste, (re)age e contesta a visão eurocêntrica da literatura como um campo neutro e universal, dando voz às excluídas e às oprimidas, e denunciando as formas de discriminação e violência.

Em consonância com Candido (2011), reforçamos que a literatura é um direito fundamental e deve ser acessível a todos os indivíduos, independentemente da posição social. Portanto, é imperioso garantir que os ecos libertadores de escritores em condição de subalternidade sejam ouvidos e valorizados – especialmente as vozes de autoras afrodescendentes. Nessa lógica, evidenciar a voz de Conceição Evaristo ajuda na ampliação da diversidade cultural, bem como na criação de espaços para a discussão de questões sociais prementes. Assim, ao reconhecermos sua autoridade e resistência, promovemos novas percepções da literatura como um campo diverso e inclusivo.

Em linhas gerais, por meio da história de Aramides Florença, apresentamos reflexões sobre violências praticadas contra a mulher negra em uma sociedade que,

infelizmente, ainda legitima práticas patriarcais. Todavia, foi bastante significativo evidenciar como a personagem se torna insubmissa, superando a dependência emocional do agressor e conseguindo verbalizar suas vivências traumáticas para a narradora-ouvinte. Outro ponto destacado nessa diegese evaristiana foi a maternidade negra, referenciando-a como um ato de ressignificação mediante o enfrentamento das brutalidades praticadas (antes e no puerpério) pelo companheiro. Dessa forma, culturalmente, Conceição Evaristo destaca uma protagonista afrodescendente que se torna forte – ao lutar contra violências domésticas e, sobretudo, ao ser uma mãe amorosa e dedicada. Apesar dos empecilhos enfrentados, ela criou o filho com muito carinho e sabedoria. Em certa medida, a personagem representa a resiliência e a coragem das mulheres afro-brasileiras que – cotidianamente – sobrevivem diante das múltiplas formas de opressão e injustiça.

Referências

- BARTHES, Roland. A Morte do Autor. In: *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, p. 57-64, 2004.
- BERND, Zilé. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA-USP, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números. *Geledés* – Instituto da Mulher Negra, São Paulo, v. 1, n. 1, 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. *Terceira Margem*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 23, p. 113-138, jul./dez., 2010.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 6.ed. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Superando a análise fragmentada da dominação: uma revisão feminista decolonial da perspectiva da interseccionalidade. Tradução de Nadia Luciene Ziroldo. *Revista X*. Paraná: UFPR, v. 17, n. 1, p. 425-446, 2022.

EVARISTO, Conceição. Aramides Florença. In: EVARISTO, Conceição. *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. 4.ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVEN-ZOHAR, Itamar. *Teoría del los polisistema*. Bibliotheca Philologica, Serie Lecturas. Madrid, 1999.

FIGUEIREDO, Fernanda Rodrigues de. *A mulher negra nos Cadernos Negros: autoria e representações*. 2009. 128f. Dissertação (Pós-graduação em Letras) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2009.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas*. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane, v. 2, p. 199-221, 2012. Disponível em: <http://riviste.unimi.it/index.php/tintas/article/view/2790/2999>. Acesso em: 6 maio 2023.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

IGLESIAS SANTOS, Montserrat. La Teoría de los Polisistemas como desafio a los estudios literarios. Tradução de Montserrat Iglesias Santos. In: IGLESIAS SANTOS, Montserrat (Coord.). *Teoría de los polisistemas*. Madrid: Arco/Libros, p. 9-22, 1999.

KILOMBA, G. *Memórias da Plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEVERI, Fabiana Cristina. Enfrentamento à violência contra as mulheres e à domesticação da Lei Maria da Penha: elementos do projeto jurídico feminista no Brasil. 2017. 240f. Tese (Livre-Docência). Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto – São Paulo, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Imara Bemfica Mineiro

Pós-doutoranda no Centro de Investigaciones en Identidad y Cultura Latinoamericanas, da Universidad de Costa Rica – CIICLA – UCR, 2022-2023.

Doutora em Literatura Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

Professora da Universidade Federal de Pernambuco.

Vice-líder do grupo de pesquisa “SUTRA – Subalternidades, transculturalidade e perspectivas decoloniais”; pesquisadora do grupo de pesquisa “Outras Literaturas Hispânicas”.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1153184169680056>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5616-8457>.

E-mail: imara.mineiro@ufpe.br.

Valdício Almeida de Oliveira

Mestrando em Estudos Literários, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Especialista em Estudos Linguísticos e Literários, pela Universidade Cândido Mendes, 2016.

Especialista em Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior, pela Faculdade da Região Serrana, 2021.

Integrante do grupo de pesquisa “SUTRA – Subalternidades, transculturalidade e perspectivas decoloniais”.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8513240603867647>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4811-814X>.

E-mail: valdiciosds@hotmail.com.